



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCURSOS DE IMPLANTAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALVADOR.

Área Temática: Relato de Experiência, Metodologia e Extensão

Denise N.de Araújo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus 1, Salvador-BA – dna22@hotmail.com

Resumo

Este trabalho propõe reflexão sobre o processo de implantação da Disciplina Economia Solidária no Currículo da Educação de Jovens e Adultos no Município de Salvador. No primeiro momento, apresenta histórico da implantação da EJA como modalidade no município (Resolução CME 11/2007), destacando a inclusão da disciplina Economia Solidária na matriz curricular do segundo segmento da EJA. No segundo momento, contextualiza a Economia Solidária no cenário nacional, apresentando os indicativos do Ministério da Educação para desenvolvimento de estudos e atividades que desenvolvam a Economia Solidária a partir do contexto escolar. Por ser um artigo baseado em um projeto de pesquisa, apresenta as perspectivas metodológicas para compreensão do processo de implantação da disciplina na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Currículo; Educação de Jovens e Adultos

1 Introdução

O centro da discussão desse texto é a inclusão da disciplina Economia Solidária na matriz curricular da modalidade EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador. A proposta desse artigo consiste nas reflexões iniciais do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em torno dos percursos trilhados na implantação da disciplina.

A oficialização da EJA como direito público e subjetivo, aproxima os sujeitos jovens e adultos das funções da modalidade descritas no Parecer CEB 11/2000, que consistem em: função reparadora (refere-se ao ingresso aos direitos civis, previstos na Constituição Federal, pela restauração a um direito negado); função equalizadora (distribuição e mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades de acesso e permanência na escola) e por fim, função qualificadora (atualização de necessidades contínuas, diz respeito à “educação ao longo da vida”.

Abordaremos a função qualificadora ao longo desse texto, objetivando a discussão das especificidades e necessidades da EJA, bem como as possibilidades sugeridas pela Economia Solidária.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

2 A EJA no Brasil, na Bahia e em Salvador.

No Brasil, a Constituição datada de 1988, no art.208, parágrafo primeiro, preconiza a garantia de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que não tiveram na idade própria”, no entanto, 20 anos mais tarde, temos um direito proclamado, mas não um direito efetivado. Ao longo desse período, as discussões sobre as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos foi intensificada, sobretudo com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/96), instituindo a modalidade e assegurando a gratuidade de escolarização dos sujeitos jovens e adultos, que até esse momento só poderiam ampliar a sua escolaridade através de cursos supletivos oferecidos por Instituições privadas. Após longo período de concepção marcada pelo aligeiramento do ensino, é instaurada uma nova concepção de educação, expressa pelo direito e por uma educação de qualidade (SOARES, 2002, p.8), onde as Universidades, sobretudo as públicas, desempenham lentamente seu papel na formação docente específica para o atendimento dos sujeitos jovens e adultos e há registros de iniciativas de algumas instituições privadas, para atendimentos aos adultos trabalhadores (a exemplo o Sistema S – formado pelo SESI, SENAC, SENAI, SESC, SENAR). Dentre os vários eventos sobre EJA que ocorreram por todo o país, a realização da V CONFINTEA (Conferência Internacional da Educação de Jovens e Adultos) em Hamburgo, na Alemanha, impulsionou a realização de encontros estaduais importantíssimos para a explosão das discussões em EJA, que ocasionou a criação dos Fóruns Estaduais de EJA e em paralelo à realização de encontros de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA¹.

E nesse contexto de efervescência da EJA no país, são publicadas as Diretrizes Curriculares para a EJA, regulamentada a partir do Parecer CEB 11/2000. O texto do Parecer apresenta as bases históricas, fundamentos e funções da EJA, iniciativas públicas para implementação da modalidade, atribuindo aos sistemas à autonomia que lhes permite definir a organização, estrutura e funcionamento dos cursos de EJA. Eis a base legal para aprovação pelo Conselho Municipal de Educação de Salvador, da Resolução CME 11/2007 que dispõe sobre a implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Salvador.

A Resolução, em seu Art. 2, estabelece a abrangência dos

[...] processos educativos, formativos e a qualificação para o mundo do trabalho, da Educação de Jovens e Adultos, com avaliação no processo e integralização dos tempos de escolaridade, para atendimento a população de 15 anos de idade ou mais que não teve acesso à escolarização na idade própria, considerando seu perfil socioeconômico e cultural. (Resolução 11/2007)

Percebe-se nesse contexto a abertura legal e a tentativa de instituição no município de Salvador de muito mais que possibilitar o sujeito ler e escrever, mas sim, possibilitar o desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita exigidas pelo mundo letrado e pelo

¹ ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos é uma ação do Fórum Nacional de EJA, onde a cada 2 anos um Fórum Estadual assume a execução do evento. O último foi realizado em 2009 em Belém/PA e o próximo será sediado pelo Fórum Estadual da Bahia e está programado para Setembro/2011, em Salvador.



mundo do trabalho. Essa tentativa é percebida a partir da análise da organização curricular proposta para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos, que equivale à integralização dos anos finais do Ensino Fundamental, assim dispostos:

Área I A – Linguagens, seus códigos e Expressões Culturais, compreendendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, com avaliação no processo e sujeita a aprovação em todos os componentes curriculares para esta etapa;

Área IB - Linguagens, seus códigos e Expressões Culturais, compreendendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física e Informática com avaliação no processo e sujeita a aprovação em todos os componentes curriculares para essa etapa;

Área II – Ciências Humanas e Contemporaneidade, composta das disciplinas de História, Geografia e Economia Solidária, com avaliação no processo e sujeita a aprovação em todos os componentes curriculares para esta etapa;

Área III – Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias, composta das disciplinas, Ciências Naturais, Biológicas e Matemática, com avaliação no processo e sujeita a aprovação em todos os componentes curriculares para esta etapa. (Resolução 11/2007)

A partir da organização curricular proposta constata-se a inclusão na Área II da disciplina Economia Solidária, que consiste, em “[...] uma alternativa de sobrevivência frente à situação de desemprego e de precarização do trabalho, para um público composto de pessoas subempregadas ou desempregadas, em busca de alternativas para a sobrevivência.” (SECULT, 2010). A proposta é a articulação de experiências a conteúdos pertinentes à formação do trabalhador solidário na Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para preparação de condições de gerenciamento do potencial produtivo.

3 Economia Solidária nesse contexto

A grande tarefa apresentada com a chegada do século XXI é pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais que apontem práticas e formas de sociabilidade anticapitalista. Daí a força e a diversidade na implantação de empreendimentos solidários. O pensamento e a prática cooperativista são oriundos do capitalismo industrial, onde as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826 na Inglaterra. No Brasil, o cooperativismo chega no início do século XX, trazido pelo imigrantes europeus, tomando forma de cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo.

Após crise social brasileira nas décadas de 1980 1990, que provocou a desindustrialização do país, a perda de milhões de postos de trabalho e o aumento do desemprego e exclusão social a economia solidária começa a tomar fôlego no país sob a forma de cooperativas ou associações produtivas autogestionárias. Outro componente da Economia Solidária no Brasil é formado pelas cooperativas incubadas por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários de diferentes áreas do saber (as ITCPS são multidisciplinares). Desde 1999, as ITCPS reúnem-se visando aprimoramento da metodologia



de incubadoras, troca de experiências em âmbito nacional, nesse mesmo ano a rede filiou-se à Fundação UNITRABALHO². Nesse contexto, Prefeituras de diferentes cidades e governos de estados vêm contratando ITCPS e outras unidades para capacitação de diversas frentes de trabalho. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer – SECULT acompanha o movimento e propõe a formação de coordenadores pedagógicos e professores que assumiram a disciplina Economia Solidária na Rede Municipal de Ensino, aprimorando assim a formação dos sujeitos jovens e adultos atendidos nas Unidades Escolares, sujeitos esses moradores da periferia da cidade, em sua maioria mulheres negras e subempregadas ou mesmo desempregadas.

[...] os empreendimentos da economia solidária resultam da união entre pessoas excluídas do emprego. Por isso que se configura como um ato pedagógico na medida em que propõe uma nova prática social, permite a valorização das potencialidades dos diferentes sujeitos e do ambiente e, também, subverte o papel da escola enquanto espaço de construção de práticas de cooperação, solidariedade e sustentabilidade.” (SECULT, 2010)

4 Percursos da Pesquisa

Estando a pesquisa em fase inicial (de exploração), afirmamos que nesse momento, o recorte temático dessa investigação tem no seu cerne na política pública de EJA, com destaque a qualificação profissional da equipe pedagógica envolvida com a modalidade e os desafios que se colocam para o uso social da Economia Solidária em um currículo específico para atendimento das demandas eminentes dos sujeitos jovens e adultos.

Se por um lado é importante conceber “[...] a educação como produtora de capacidade de trabalho, potencializadora de trabalho e, por extensão, potenciadora da renda, [...] um fato de desenvolvimento social...”, por outro, impossível desconsiderar a possibilidade de que “[...] a ação pedagógica, a prática educativa escolar reduza-se a uma questão técnica, a uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho [...]” (FRIGOTTO, 16)

Analisar os referenciais que fundamentam as mais recentes abordagens adotadas para organização do currículo para sujeitos jovens e adultos na construção de uma educação que se proponha emancipatória e não só preparatória para o mundo do trabalho, identificar os eixos norteadores que orientam a formação do educador para essa perspectiva são aspectos a serem considerados no percurso de investigação científica aqui proposto, tendo como principais objetivos:

- Analisar os elementos contextuais que determinaram a inclusão da ES na Matriz Curricular da EJA, bem como analisar o processo de construção da Resolução CME 11/2007 ;
- Compreender e caracterizar o processo de aprendizagem / apropriação da concepção da ES pelos educadores

² A Fundação UNITRABALHO reúne mais de 80 universidades presta serviços nas mais diferentes áreas.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

- Identificar as habilidades necessárias ao mundo do trabalho que são desenvolvidas a partir da ES;
- Analisar a metodologia utilizada no processo de aprendizagem dos sujeitos em sala de aula

Reconhecendo a complexidade do tema proposto e com a preocupação de garantir a clareza e exequibilidade da pesquisa, será utilizada a estratégia de pesquisa do tipo estudo de caso. O percurso metodológico pretende analisar o período de implantação da disciplina (2008-2009) na CRE Cabula (a Rede Municipal de Educação está estruturada em 11 Coordenadorias Regionais de Ensino), em especial nas duas Unidades Escolares que faziam na época atendimento ao SEJA II no referido território (Escola Municipal Hildete Bahia de Souza e Escola Municipal Maria Constança).

A pesquisa adotará como metodologia a abordagem etnográfica (valorizando as ações e os eventos para as pessoas do grupo estudado, descrevendo a cultura como forma de possibilitar a aproximação gradativa à compreensão dos participantes) e de cunho qualitativo (com pretensão de interpretação das questões implícitas e explícitas no cotidiano das escolas escolhidas).

[...] a realização de uma pesquisa etnográfica dá-se a partir da pergunta: ‘o que está acontecendo aqui?’ Responder a essa pergunta permite fazer com que o familiar se torne estranho e o comum se torne problemático e, com isso, muitos danos se tornem visíveis e possíveis de serem sistematicamente documentados. (TEIS; TEIS, p.4)

Na intenção de problematizar a relação entre as estratégias propostas nas diretrizes curriculares da SECULT e os condicionantes da execução das mesmas nas unidades escolares escolhidas, pretende-se utilizar neste estudo questionário para entrevista não estruturada, direcionado para um grupo de no máximo 10 educadores que assumiram a disciplina em cada unidade pesquisada no período de implantação da modalidade (2008-2009). O questionário para entrevista seguirá o modelo simplificado funcionará como roteiro com perguntas julgadas viáveis e pertinentes para esta investigação.

Ainda sob uma abordagem qualitativa, serão utilizados procedimentos e instrumentos elaborados e definidos ao longo da investigação, com o intuito de compor melhor o quadro metodológico de maneira ampliada para a consecução dos objetivos e das considerações filosóficas, didáticas, epistemológicas indispensáveis ao processo de pesquisa.

Para investigar os processos vivenciados pelos jovens e adultos a partir da inclusão de uma nova disciplina no currículo e a contribuição da mesma na formação dos sujeitos, é de vital importância as leituras e estudo dos autores que compõem o lastro teórico que se fundamenta em Marx, Frigotto, Salm, Di Pierro, Silva, Freire, Singer, entre outros, cujo fio condutor auxilia nas discussões de como os processos sócio-educativos vivenciados na atuação dos educadores com a disciplina Economia Solidária podem influenciar a construção de estratégias de apropriação do conhecimento para mudança da sua prática social e da prática social local, além da necessidade de ao longo da pesquisa compor com a equipe pedagógica e os educandos um debate reflexivo dos rumos da própria pesquisa e sua contribuição para aquelas instituições.



Reiteramos aqui que a proposta de investigação científica aqui descrita objetiva verificar a relevância da disciplina Economia Solidária na vida dos sujeitos jovens e adultos, que desde 2007 vem estudando e refletindo sobre a mesma, bem como verificar o valor social desses estudos, as mudanças no cotidiano, o respeito à cultura econômica das localidades que foram submetidas aos estudos de Economia Solidária.

5 Referências Bibliográficas

- ALVES, Ana Elisabeth Santos. Qualificação e Trabalho no Capitalismo. Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, volume 15, Bahia: 2006.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. SP, Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, pp. 77-120.
- KRUPPA, Sonia M. Portela (organização). Desafios da Economia Solidária - Brasília: INEP, 2005.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)
- Política de Alfabetização de Jovens e Adultos. SECULT, 2010.
- Resolução CME 11/2007.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. SP: Editora Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, Leôncio José Gomes. Educação de Jovens e Adultos. RJ: DP&A,2002.